



Consumo político e estratégias de re-existência da agricultura familiar camponesa na região nordeste da Bahia

Political consumption and re-existence strategies of peasant family farming in the northeast region of Bahia

SOUZA, Felipe da Fonseca¹; MENEZES, Sônia Mendonça de Souza²

¹ Universidade Federal de Sergipe, felipeffs12@gmail.com; ² Universidade Federal de Sergipe, soniamenezes@academico.ufs.br

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Campesinato e Soberania Alimentar

Resumo: Objetiva-se neste estudo refletir sobre a necessidade do consumo político de alimentos agroecológicos, como resposta ao mercado agroalimentar padronizado, a partir de experiências digitais na região nordeste semiárida da Bahia, uma via de resiliência e re-existência de comunidades tradicionais camponesas. A metodologia consiste em levantamento bibliográfico e dados primários, atividades empíricas e caracterização da área de estudo para compreensão da organicidade dos camponeses. Acredita-se que os espaços de cultivos de alimentos saudáveis fundamentado na agricultura de base ecológica, conformam um caminho de superação contra-hegemônico, por meio de um modelo de organização produtiva mais democrática, sustentável, saudável, ética com relação aos animais não-humanos, de melhor qualidade aos seres vivos e ao planeta é a via que imprime centralidade de resiliência e re-existência ao cenário global.

Palavras-chave: agroecologia; campesinato; mercados digitais; cooperacaju.

Introdução

A cultura do consumo ocidentalizado tem crescido paralelamente a sua espacialização. Através da tecnologia e das mídias é reproduzido um processo de mercantilização de tudo, que criou seres desenraizados, padronizados que aguçam transformações em todos os setores como caminho ao desenvolvimento de uma sociedade de mercado (POLANYI, 1980).

Baudrillard (1995), afirma que o ato de consumir, nos moldes em atual expansão, é instituído por uma lógica de consumo ocidental, que perpetua um mito da felicidade através do consumo para atingir o mito da igualdade, onde o consumo, a informação, a comunicação, a cultura e a abundância são instituídos, descobertos e organizados pelo próprio sistema, como novas forças produtivas, para sua reprodução.

No campo alimentar, o consumo de alimentos que atende a esse padrão de consumo é composto por produtos industrializados, processados, ultraprocessados e até alimentos geneticamente modificados, cultivados sob a égide do sistema agroalimentar global, fazendo uso de insumos químicos, agrotóxicos, dentre outras prática exploratórias do solo e dos elementos naturais para a produção de mercadorias através do agronegócio.



Para Niederle e Wesz Júnior (2018), existe algo de especial nos mercados alimentares, eles abarcam um tipo de bem associado a uma das necessidades mais vitais dos seres humanos. Todavia, o alimento se torna mercadoria neste sistema quando é considerado a partir do valor de troca, através de um sistema alimentar cada vez mais concentrado e dominado por algumas empresas transnacionais.

Dessa forma, entender como a alimentação está atrelada a lógica do capital e como o alimento virou mercadoria é uma das chaves para explicar o atual cenário produtor de doenças, de insegurança alimentar e de desigualdades econômicas e sociais (MACHADO, OLIVEIRA e MENDES, 2016).

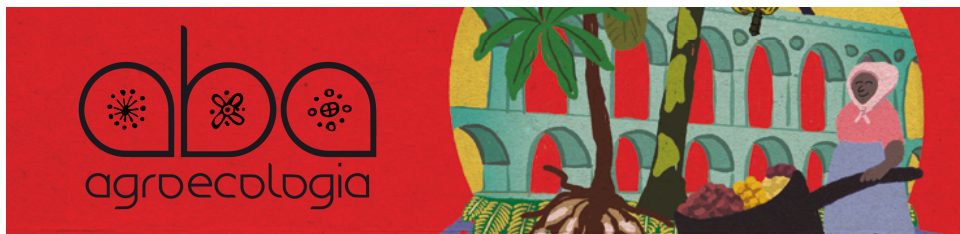
A agroecologia atua na contramão desses interesses hegemônicos, recriando espaços de interação e identidade com a terra, o cultivo e os alimentos de modo sistêmico, um processo ecologicamente sustentável que ressignifica a relação entre homem e natureza.

Cruz e Menasche (2011) afirma que as tendências no sentido da valorização do rural e do natural, dos produtos da terra e da agroecologia, aparentemente associadas a um amplo processo que envolve não só a valorização de sistemas produtivos locais como também a aproximação entre produtores e consumidores. Tais discussões estão em consonância com os argumentos de Goodman (2003), que considera que o atual momento histórico indica deslocamento da padronização e da lógica da produção de mercadorias em massa em direção à qualidade alicerçada em confiança, tradição, com base no local, em produtos ecológicos e novas formas de organização econômica, que constituem uma pluralidade de lógicas mercantis.

Assim, entende-se que a questão alimentar é um dos principais dilemas das sociedades (pós)modernas. Para muitos, este é um fato inesperado, tendo em vista os avanços alcançados pelas políticas de modernização da agricultura. Todavia, estudos recentes comprovam que pela amplitude e velocidade com que se agravaram os níveis de insegurança alimentar e fome no Brasil (MALUF et. al 2022), os níveis de ansiedade urbana e a procura do alimentos tradicionais e agroecológicos, criam um ativismo alimentar vinculados por vezes ao consumo político (PORTILHO, 2020), contribuindo para a ascensão e resiliência dos mercados alternativos que pactuam de forma antagônica com os mercados globais.

Desse modo, objetiva-se neste estudo refletir sobre a expansão do consumo político como resposta ao mercado agroalimentar padronizado, a partir de experiências digitais na região nordeste semiárida da Bahia como exemplo de resiliência e re-existência de comunidades tradicionais camponesas.

Acredita-se que os espaços de cultivos de alimentos saudáveis fundamentado na agricultura de base ecológica, conformam um caminho de superação contra-hegemônico, por meio de um modelo de organização produtiva mais democrática, sustentável, saudável, ética com relação aos animais não-humanos



e de melhor qualidade aos seres vivos e ao planeta é a via que imprime centralidade de resiliência e re-existência ao cenário global (MENEZES e ALMEIDA(2020);PORTILHO (2020)).

Metodologia

Os procedimentos metodológicos da pesquisa estão pautados no levantamento bibliográfico, tendo como base textos clássicos da questão agrária, autores contemporâneos que discutem o espaço agrário, os impactos dos sistemas agroalimentares globais, o avanço do agrohídronegócio, as implicações socioambientais e as re-existências camponesas.

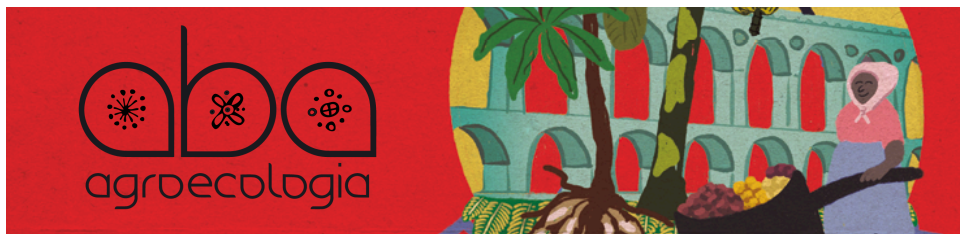
Na sequência, estão sendo coletados dados estatísticos referentes a produção, o beneficiamento e a comercialização de alimentos agroecológicos desenvolvidos pelas cooperativas da microrregião de Ribeira do Pombal, no nordeste da Bahia, além da malha fundiária dos municípios (IBGE, Censo Agropecuário, 2017) e produção agrícola municipal (IBGE, 2015-2020), os quais determinaram uma caracterização da organização do território rural dos municípios. Dentre os dados coletados, constam a historiografia dos municípios, os aspectos demográficos, os elementos edafoclimáticos e econômicos, possibilitando, assim, identificar os cultivos produzidos e avaliar possíveis impactos da inserção da prática monocultora nesses espaços.

E ainda, a realização de estudos empíricos e levantamento de dados em sites oficiais do movimento *Slow Food*, das cooperativas e prefeituras municipais, para caracterização das estratégias re-existências e dos mercados digitais evidenciados na região microrregião de Ribeira do Pombal, a qual é composta por quatorze municípios da Bahia: Ribeira do Pombal, Itapicuru, Cicero Dantas, Paripiranga, Olindina, Nova Soure, Antas, Fátima, Cipó, Adustina, Novo Triunfo, Ribeira do Amparo, Banzaê e Heliópolis.

Vale ressaltar que a pesquisa está em fase de implementação e seus direcionamentos carecem de aprofundamento em estudos empíricos subsequentes, todavia, os apontamentos que a embasam estão presentes na análise de dados oficiais.

Resultados e Discussão

Nos últimos anos, ocorreu a “descoberta” do potencial hídrico do manancial subterrâneo da Bacia do Tucano, área que contempla quatorze municípios do semiárido baiano na microrregião de Ribeira do Pombal. Além dessa potencialidade, somou-se às condições climáticas, a disponibilidade de terras e os incentivos públicos, que proporcionaram o crescimento da produção de milho transgênico e o surgimento de cultivos exógenos da soja, do melão, e da melancia capitaneados pelo agronegócio.



O crescimento do cultivo de milho nos municípios do nordeste semiárido, reflete a expansão do modelo produtivo desenvolvido em municípios circunvizinhos nos estados de Sergipe e Bahia. Além disso, é fruto da própria atuação do Estado no desenvolvimento de políticas públicas que facilitam a implementação desse tipo de cultivo, que tem como consequência a redução dos cultivos alimentares (MENEZES et al, 2019) e a degradação da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2013).

Em contrapartida, as observações de campo permitiram visualizar os contrastes existentes no território, no qual, há localidades em que existem sujeitos invisibilizados por não dispor de acesso à posse da terra, cultivando hortaliças, tubérculos, frutas tradicionais como o caju e a criação de animais que além de servirem para autoconsumo são comercializados nas feiras dos municípios de Itapicuru, Olindina e Nova Soure na Bahia e Tobias Barreto em Sergipe.

Um “microcosmos produtivo” (ALMEIDA, 2018), onde esses sujeitos desenvolvem cultivos alimentares em pequenas propriedades e quintais produtivos. De acordo com Almeida (2016) os quintais são “um espaço singular do entorno das moradias no qual se produz a vida, pelo que se cria, pelo que se cultiva, pelo cuidado em sua manutenção e pelas várias atividades do labor e da socialização ali desenvolvidas.” Nanoterritórios, conforme afirma Souza (2015), onde as mulheres aproveitam os diminutos espaços para geração de renda e conservação da agrobiodiversidade (SANTILLI, 2009).

A principal via de destaque é a atuação da Cooperativa dos Cajucultores Familiares do Nordeste da Bahia (COOPERACAJU) tem sua sede no município de Ribeira do Pombal e conta com 750 cooperados cajucultores familiares de 21 municípios da região nordeste semiárido da Bahia, cultivando em pequenas propriedades de comunidades tradicionais e assentamentos de reforma agrária. O caju e a castanha são beneficiados na cooperativa e comercializado através de redes sociais como o *Instagram* (@redecooperacaju), *Facebook* e *WhatsApp*, e através do próprio site da cooperativa¹.

A rede Cooperacaju também está associada a movimentos orgânicos e agroecológicos que ampliam a espacialidade do seu mercado consumidor como a indicação em movimentos como o *Slow Food Brasil*², *Só orgânicos.com*³, e outras redes de mercados alternativos, influenciadores, chefs e quitandas digitais que oferecem produtos orgânicos, identificados da agricultura familiar, associados a um ativismo alimentar promotor de consumo político.

Outros exemplos de atuação em plataformas digitais na mesma região se dão pela COOPERLAD (Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar da Comunidade de Lagoa de Dentro e Região, que tem sede no município de Tucano e, assim como a COOPERACAJU atua no beneficiamento e comercialização de polpas e derivados

¹ <https://cooperacaju.com.br/loja/>

² <https://slowfoodbrasil.org.br/sfindica/cooperacaju/>

³ <https://soorganicos.com.br/marca/133/logo-cooperacaju/>



da fruticultura, neste caso da acerola, maracujá, goiaba, umbu, manga e licuri. E também a COOARP (Cooperativa dos Apicultores de Ribeira do Pombal) que atua no beneficiamento e distribuição do mel da agricultura familiar camponesa da região de Ribeira do Pombal. Ambos, se apresentam como mercados alternativos em expansão. No entanto, ainda com baixo alcance em virtude dos entraves associados ao manuseio e a gestão eficiente dos acessos digitais e ausência em plataformas de indicadores de consumo político. Ainda assim, representam o fortalecimento da agricultura camponesa através da agroecologia, da economia solidária e fortes do avanços na valorização da agricultura camponesa e dos seus saberes e sabores por meio de mercados e plataformas digitais.

Conclusões

O que se observa no aumento do consumo político e do ativismo alimentar na valorização da agricultura camponesa e a sua espacialização em mercados digitais é fruto das relações de sociabilidade e cultivo da agrobiodiversidade que alimentam e geram renda para as famílias em várias comunidades. Essa estratégia de re-existência não só aponta caminhos de superação e resistência ao modelo dominante, como constitui a resiliência da agricultura e do saber fazer camponês que atuam em caráter heterogêneo e cultivam a diversidade, propondo um modo de vida distante da padronização, preocupado com a sustentabilidade e promotor de uma alimentação adequada a preços justos.

O afloramento da valorização da qualidade e da origem dos alimentos, fazendo proliferar uma série de redes e movimentos em torno do comércio justo e de alimentos orgânicos, agroecológicos, locais e artesanais, voltados para a valorização da produção camponesa e enfatizando demandas por reconhecimento através de um consumo político relaciona-se à percepção e uso efetivo do consumo (poder de compra no mercado) como forma de pressão política para promover mudanças sociais.

Nessa perspectiva, o mercado digital tem se mostrado uma particularidade em expansão que pode dar oportunidade de resiliência à comercialização de produtos oriundos da agroecologia atrelada ao desenvolvimento do consumo político, ao cooperativismo e ao uso da tecnologia a favor da promoção vida por meio da alimentação saudável e sustentável.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Geralda de. Comunidades Tradicionais quilombolas do nordeste de Goiás: quintais como expressões territoriais. **Confins** [online], n. 29, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11392>

ALMEIDA, Maria Geralda de. Quintais rurais e a visibilidade do trabalho e saberes das mulheres quilombolas e assentadas – Goiás. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. **Geografia Cultural: um modo de ver**. Goiânia: Ed. UFG, 2018. P. 343-470.



BAUDRILLARD, J. Segunda parte: Teoria do consumo. In: **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos, 1995, p. 47-99.

CRUZ, Fabiana Thomé da. MENASCHE Renata. Do consumo à produção: produtos locais, olhares cruzados. Revista IDEAS, v. 5, n. 1, p. 91-114, 2011.

GOODMAN, David. "The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda". In: Journal of Rural Studies, n. 19, p. 1-7, 2003.

MACHADO, Priscila Pereira. OLIVEIRA, Nadia Rosana Fernandes de. MENDES, Áquilas Nogueira. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde Sociedade**. São Paulo, v.25, n. 2, p. 505-515, 2016.

MALUF, Renato. S. Et. All. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. A produção nos espaços circunscritos da casa e a comercialização nos circuitos curtos. In: MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. DEUS, José Antônio Souza de (Org.) **Novos Usos do Espaço Rural e Suas Resiliências: Transformações e Ruralidades em Goiás, Minas Gerais e Sergipe**. 1. Ed. Aracaju: Criação Editora, 2020.

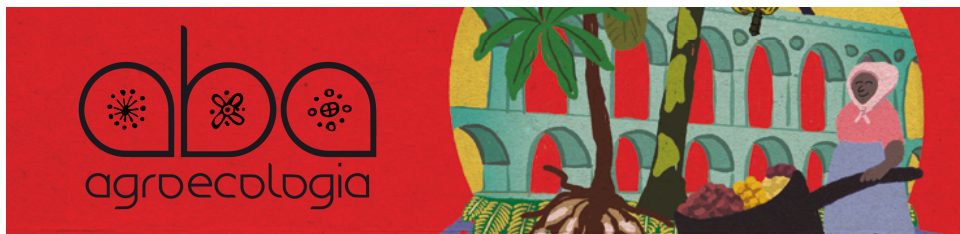
MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. SILVA, Paulo Adriano Santos. SILVA, Hebert Ruan Conceição. Configuração espacial da geografia de alimentar em Sergipe. **Confins** [online], 40/2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/20412?lang=pt>

NIEDERLE, Paulo André. WESZ JÚNIOR, Waldermar João. **As Novas Ordens Alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político ? Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **REDES** (Santa Cruz Do Sul. Online), v. 25, p. 12-33, 2020.



SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Petrópolis, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.